



Número: **0800308-41.2019.8.15.0261**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **1ª Vara Mista de Piancó**

Última distribuição : **26/03/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
AELSON FIRMINO DA SILVA (AUTOR)		Amilton Pires de Almeida Ramalho (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)		SUELIO MOREIRA TORRES (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
37519 679	07/12/2020 06:26	LAUDO PERICIAL - AELSON FIRMINO DA SILVA	Laudo Pericial



Poder Judiciário do Estado da Paraíba

Comarca de Piancó

1ª Vara Mista

LAUDO DE EXAME MÉDICO-PERICIAL

PROCESSO: 0800308-41.2019.8.15.0261

PERICIADO (A): AELSON FIRMINO DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

1. PREÂMBULO:

DADOS DO(A) PERICIADO(A):

- RG: **3601280 SSDS-PB;**
- CPF: **103.577.764-96;**
- Data do nascimento: **17 de maio de 1989;**
- Idade: **31 anos;**
- Sexo: **masculino;**
- Estado civil: **casado(a);**
- Escolaridade: **ensino fundamental completo;**
- Formação técnico-profissional: **nenhuma;**
- Ocupação habitual: **autônomo(a);**
- Elementos utilizados para determinar a ocupação habitual: **informação do(a) periciado(a);**
- Data declarada de afastamento do trabalho: **Há 2 anos;**
- Experiência laboral anterior: **nenhuma;**

DADOS DA PERÍCIA:

- Data da realização: **13 de novembro de 2020;**
- Assistente técnico da parte autora: **Não compareceu;**
- Assistente técnico da parte ré: **Não compareceu.**

ANA CAROLINA WANDERLEY FILGUEIRAS - MÉDICA PERITA JUDICIAL – CRM PB 6957



Assinado eletronicamente por: ROSINEIDE DE SOUZA LACERDA SOARES - 07/12/2020 06:26:17
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20120706261725800000035797102>
Número do documento: 20120706261725800000035797102

2. HISTÓRICO:

Alega ser portador de incapacidade laboral, requerendo Auxílio Doença e, alternativamente, Aposentadoria por Invalidez.

Da análise da petição inicial e dos documentos médicos apresentados, depreende-se que o(a) periciado(a) estaria acometido pela(s) seguinte(s) patologia(s):

- **Fratura do perônio [fíbula] (CID 10 - S82.4);**
- **Fratura da diáfise da tíbia (CID 10 - S82.2);**

3. ANAMNESE:

O(A) periciado(a) prestou as seguintes informações sobre o seu estado de saúde:

Relata que, há 2 (dois) anos, sofreu acidente de moto, tendo fratura em membro inferior direito (MID);

Foi submetido a cirurgia em MID na época, com colocação de placa metálica;

Fez tratamento de fisioterapia;

No momento, refere dores em MID, onde diz ter limitação para realizar tarefas cotidianas; alega piora das dores aos esforços, tendo como fator agravante;

Traz atestado médico, datado 12/06/2018 do Dr. Stenio Guy W. Araujo, CRM/PB 1325, com CID 10 S82.4;

Atualmente faz uso de medicação analgésica se necessário.

4. EXAME FÍSICO:

O(A) periciado(a) apresentou-se ao exame **deambulando normalmente**, aparentando **bom estado geral**, fácies atípica, atitude atípica, mucosas com umidade normal, coradas, anictéricas e acianóticas, boa perfusão capilar.

Exame do membro inferior direito - Normal:

- **com cicatriz compatível com trauma e cirurgia;** sem deformidade; com amplitude dos movimentos preservada; sem dor à manipulação; sem edema; sem crepitação articular durante a movimentação; sem hiperemia; sem derrame articular; sem instabilidade articular;
- A musculatura do membro apresenta trofismo normal e força normal - Grau 5: Força normal contra a resistência total (Medica Research Council. Aids to the examination of the peripheral nervous system, Memorandum no. 45, Her Majesty's Stationery Office, London, 1981).
- testes especiais inespecíficos;

Demais articulações dos membros sem limitações funcionais.



5. EXAMES E OUTROS DOCUMENTOS:

Documento(s) médico(s) e exames:

- atestado médico (Anexo 20072137 - Folha 1), datado de 29 de março de 2018, no qual consta acometimento pelas seguintes patologias: Fratura da diáfise da tíbia (CID 10 - S82.2);
- atestado médico (Anexo 20072137 - Folha 2), datado de 12 de abril de 2018, no qual consta acometimento pelas seguintes patologias: Fratura da diáfise da tíbia (CID 10 - S82.2);
- atestado médico (Anexo 20072137 - Folha 3), datado de 12 de junho de 2018, no qual consta acometimento pelas seguintes patologias: Fratura do perônio [fíbula] (CID 10 - S82.4);

6. CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES ESPECIAIS:

O(A) periciado(a) apresenta sequelas consolidadas de trauma. Seu quadro clínico não é passível de agravamento com o exercício da sua atividade laboral.

7. QUESITOS DO JUIZ:

I - DADOS GERAIS DO PROCESSO/II - DADOS GERAIS DO(A) PERICIANDO(A)/III - DADOS GERAIS DA PERÍCIA/IV - HISTÓRICO LABORAL DO(A) PERICIADO(A)

Ver o item 1. PREÂMBULO.

V- EXAME CLÍNICO E CONSIDERAÇÕES MÉDICO-PERICIAIS SOBRE A PATOLOGIA

a) Queixa que o(a) periciado(a) apresenta no ato da perícia.

Ver o item 3. ANAMNESE.

b) Doença, lesão ou deficiência diagnosticada por ocasião da perícia (com CID).

O(A) periciado(a) é portador(a) de:

- Sequelas de outras fraturas do membro inferior (CID 10 - T93.2) – apenas estética;

O(A) periciado(a) já foi portador(a) de:

- Fratura do perônio [fíbula] (CID 10 - S82.4);
- Fratura da diáfise da tíbia (CID 10 - S82.2);

c) Causa provável da(s) doença(s)/moléstia(s)/incapacidade.

A(s) doença(s)/lesão(ões)/sequela(s) decorre(m) de trauma não relacionado com o trabalho.



- d) Doença/moléstia ou lesão decorrem do trabalho exercido? Justifique indicando o agente de risco ou agente nocivo causador.

Não. Ver resposta ao quesito III.

- e) A doença/moléstia ou lesão decorrem de acidente de trabalho? Em caso positivo, circunstanciar o fato, com data e local, bem como se reclamou assistência médica e/ou hospitalar.

Não. Ver resposta ao quesito III.

- f) Doença/moléstia ou lesão torna o(a) periciado(a) incapacitado(a) para o exercício do último trabalho ou atividade habitual? Justifique a resposta, descrevendo os elementos nos quais se baseou a conclusão.

Não. A(s) patologia(s)/sequela(s) não influem no exercício da atividade habitual do periciado.

As conclusões periciais tiveram como base a anamnese, o exame físico, os documentos médicos apresentados e a condição clínica atual do periciado.

- g) Sendo positiva a resposta ao quesito anterior, a incapacidade do(a) periciado(a) é de natureza permanente ou temporária? Parcial ou total?

Não se aplica. Não há incapacidade.

- h) Data provável do início da(s) doença/lesão/moléstias(s) que acomete(m) o(a) periciado(a).

Não se aplica. Não há incapacidade.

- i) Data provável de início da incapacidade identificada. Justifique.

Não se aplica. Não há incapacidade.

- j) Incapacidade remonta a data de início da(s) doença/moléstia(s) ou decorre de progressão ou agravamento dessa patologia? Justifique.

Não se aplica. Não há incapacidade.

- k) É possível afirmar se havia incapacidade entre a data do indeferimento ou da cessação do benefício administrativo e a data da realização da perícia judicial? Se positivo, justificar apontando os elementos para esta conclusão.

Não. Não há elementos que permitam confirmar esta condição.

- l) Caso se conclua pela incapacidade parcial e permanente, é possível afirmar se o(a) periciado(a) está apto para o exercício de outra atividade profissional ou para a reabilitação? Qual atividade?

Não se aplica. Não há incapacidade.

- m) Sendo positiva a existência de incapacidade total e permanente, o(a) periciado(a) necessita de assistência permanente de outra pessoa para as atividades diárias? A partir de quando?



Não se aplica. Não há incapacidade.

- n) Qual ou quais são os exames clínicos, laudos ou elementos considerados para o presente ato médico pericial?

Todos os que constam no item 5. EXAMES E OUTROS DOCUMENTOS e os demais documentos médicos apresentados durante o ato da perícia.

- o) O(a) periciado(a) está realizando tratamento? Qual a previsão de duração do tratamento? Há previsão ou foi realizado tratamento cirúrgico? O tratamento é oferecido pelo SUS?

O tratamento é cirúrgico e já foi empreendido.

A(s) doença(s)/lesão(ões)/deficiência(s) estão controladas. Não causam incapacidade

- p) É possível estimar qual o tempo e o eventual tratamento necessários para que o(a) periciado(a) se recupere e tenha condições de voltar a exercer seu trabalho ou atividade habitual (data de cessação da incapacidade)?

Não se aplica. Não há incapacidade.

- q) Preste o perito demais esclarecimentos que entenda serem pertinentes para melhor elucidação da causa.

Ver o item 6. CONSIDERAÇÕES ESPECIAIS.

- r) Pode o perito afirmar se existe qualquer indício ou sinais de dissimulação ou de exacerbação de sintomas? Responda apenas em caso afirmativo.

Não houve.

VI - ASSISTENTE TÉCNICO DA PARTE AUTORA: EVENTUAIS DIVERGÊNCIAS

Não se aplica. Não compareceu.

VII - ASSISTENTE TÉCNICO DO INSS: EVENTUAIS DIVERGÊNCIAS

Não se aplica. Não compareceu.

8. QUESITOS DO AUTOR:

1. A parte autora sofreu algum(s) tipo(s) de fratura?

Sim.

2. Em caso positivo, queira informar se desta(s) gerou debilidade permanente?

Trata-se de sequela estética. Não há limitações dos movimentos ou dor ao exame físico.

3. Apresenta limitação dos movimentos do(s) membro(s) fratura(s)?

Ver o item 4. EXAME FÍSICO.



4. Apresenta limitação funcional do(s) membros afetado(s)?

Não. Ver o item 4. EXAME FÍSICO.

5. Sofreu debilidade permanente? Sofreu deformidade permanente?

Resposta já apresentada nos quesitos do Juiz.

6. A parte autora sofreu incapacidade para o trabalho?

Sim. Houve incapacidade progressa, todavia não é possível estimar a data de início e a duração da incapacidade.

7. Queira o i. expert acrescentar o que entender devido.

Resposta já apresentada nos quesitos do Juiz.

9. QUESITOS DO RÉU:

1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexo de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;

Prejudicado. Não há invalidez.

2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;

Prejudicado. Não há invalidez.

3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando a vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;

Prejudicado. Não há incapacidade.

4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;

Resposta já apresentada nos quesitos do Juiz.

5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;

Não há elementos.

6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;

Prejudicado. Não há invalidez.



7 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.

Resposta já apresentada nos quesitos do Juiz.



ANA CAROLINA WANDERLEY FILGUEIRAS

ANA CAROLINA WANDERLEY FILGUEIRAS - MÉDICA PERITA JUDICIAL – CRM PB 6957

